

MOVIMENTO

25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

N.º 21 — 17 JUNHO 1975 (Quinzenal)

Preço 2550

S.ª DIV. EMGFA
Rua Cova da Moura, n.º 1

DISTRIBUÍDO POR
O SECULO

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDRO-
GRÁFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

NÓS E A REVOLUÇÃO

O processo revolucionário em curso não é propriedade de nenhum partido político, nem sequer do MFA. O processo revolucionário terá de ser principalmente obra das massas populares e não se poderá compadecer com políticas partidárias que não sobreponham o interesse nacional aos interesses dos partidos.

Vale a pena, num momento em que o processo revolucionário se afirma e por esse facto engendra novas contradições, vale a pena lembrar este pedaço da mensagem do Conselho da Revolução aos trabalhadores portugueses. Porque o povo é o motor e o agente da revolução, ou ela não será revolução; porque o socialismo exige uma real participação popular em todos os escalões de decisão; porque uma sociedade que se pretende a caminhar para o socialismo pressupõe, de quem detém a responsabilidade do poder (seja em que grau for) uma ligação permanente às massas, uma compreensão perfeita das suas ideias e necessidades e o estabelecimento de discussões democráticas, de formas de controlo popular que sejam o necessário contrapeso da disciplina e autoridade necessárias a um regime que inicia, num país de características subdesenvolvidas a marcha para o socialismo.

Na fase actual da revolução portuguesa parece claramente compreensível a necessidade de uma sólida disciplina para arancar o país do atraso legado pelo fascismo, sobretudo porque é preciso sair depressa desse estado de atraso. Mas essa necessidade de disciplina não é contraditória com a necessidade da participação das massas populares na elaboração das decisões. Sobretudo quando uma batalha da produção está em curso e é vital para o futuro da democracia socialista, o reforço da disciplina colectiva só será possível através da participação consciente dos trabalhadores nas tarefas da revolução. O avanço da consciência política das massas pressupõe o estabelecimento de discussões democráticas a todos os níveis dos órgãos de participação popular e das unidades de produção.

Uma discussão aberta a todos, no seio dos sindicatos, das comissões de trabalhadores, das comissões de moradores e dos conselhos de aldeia nascentes — não apenas dos planos de produção e da sua orientação global, mas também da

(Cont. na pág. 8)

SIGNIFICADO DUMA REUNIÃO

Realiza-se em Junho uma sessão da agência especial das Nações Unidas para os assuntos dos povos colonizados, o "Comité dos 24", que, pela primeira vez, é levada a cabo no nosso País.

Desde a sua criação em 1961, o Comité dos 24 desempenhou um papel importante de apoio às lutas dos povos colonizados, em particular aos povos de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, que defrontavam o sistema colonial-fascista, apoiado por sectores imperialistas. O Comité dos 24 foi uma tribuna para os representantes dos movimentos de libertação no seio da comunidade internacional, onde os países do Terceiro Mundo iam ganhando peso.

A missão especial desta comissão às regiões libertadas da Guiné-Bissau, sob controlo do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, foi um rude golpe para o antigo regime, que assim ficava cada vez mais isolado e mais dependente.

Após o 25 de Abril, o processo de descolonização que o MFA pôde impor contra as manobras neocolonialistas que se desenhavam no seio do próprio poder de Estado, veio revelar ao mundo uma capacidade de transformação radical de velhos laços de opressão em novas relações de colaboração e solidariedade, mostrando as verdadeiras origens do Movimento saído duma guerra injusta de rapina e exploração. Ao longo destes meses, o governo português reconheceu finalmente o direito à autodeterminação e à independência dos territórios sob sua

administração, reconheceu a jovem República da Guiné-Bissau e firmou acordos de independência com Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola, de que resultaram governos de transição com a participação dos legítimos representantes dos povos respectivos e onde se estabeleceram as datas de acesso à independência destes novos países.

A actuação progressista do MFA no processo de descolonização vem sendo reconhecida cada vez mais pelos povos do mundo inteiro com destaque para os países progressistas africanos, como a Argélia, Zâmbia e Tanzânia. Com efeito, até à data, o MFA tem demonstrado nos factos a sua determinação expressa de descolonizar opondo-se às tentativas de instauração de regimes de tipo colonialista ou neocolonialista e apoiando, na medida das suas possibilidades, os esforços sinceros para a transição pacífica para a independência. É o que reconhecem os dirigentes autorizados dos movimentos de libertação.

Na actualidade, porém, uma ameaça pesa sobre o processo que até agora é exemplar: o imperialismo, os grandes grupos económicos não recuam perante nada para instaurar a divisão e a guerra em Angola, envolvendo os movimentos de libertação numa luta contra a independência de Angola. Apesar de todas as dificuldades, disposto a fazer cumprir o Acordo do Alvor, e recusando qualquer ingerência de tipo neocolonialista, o Conselho da Revolução definiu uma linha de neutralidade activa que possi-

bilite o cumprimento dum acordo de unidade nacional entre os três movimentos de libertação angolanos para a independência.

Os confrontos em Angola não visam apenas sabotar a unidade nacional do seu povo, mas também comprometer as relações entre Portugal e aquele território, que são fundamentais para o processo em curso, e mesmo até prejudicar os laços fundos e sólidos que se estabelecem com Moçambique e a Guiné e Cabo Verde.

O fortalecimento desses laços, o estabelecimento de relações políticas, económicas, sociais, culturais e noutros domínios com base na igualdade, no reconhecimento e no respeito mútuo e com benefícios recíprocos é inseparável da conquista duma autêntica independência de Portugal, que não existirá sem uma economia livre de dependências das superpotências e sem se apoiar nas forças patrióticas e progressistas dos novos países de língua portuguesa.

A vinda do Comité dos 24 ao nosso País reveste-se, pois, do maior significado neste momento. Para além dos problemas concretos que serão tratados na reunião, o seu significado para nós consiste no reconhecimento, por parte duma entidade internacionalmente reconhecida como anticolonialista, antineocolonialista e anti-imperialista do processo de descolonização em curso, e do papel de relevo, do papel exemplar de Portugal, do velho império colonialista, que transformado dedicou aos povos uma lição de solidariedade.

O VALOR DE ALGUMAS PALAVRAS

O valor de algumas palavras não é ultimamente claramente determinado. Expressam-se conceitos de democracia e socialismo pouco precisos, jogando-se com a sua interpretação, não deixando de se reflectir curiosas contradições, quando a perspectiva com que são analisados, desagradam aos que preferem vê-los escamoteados ou idilicamente metamorfoseados.

Democracia na sua tradução literal do grego significa "o poder do povo". Mas qual o significado de democracia numa sociedade burguesa, senão uma liberdade política para uma minoria dominante, exploradora da maioria a quem escapa o poder político?

As sociedades capitalistas através do poder monopolista apresentam uma forma de dominação económica e portanto política, apesar das formas de liberdade solenemente proclamadas, quer através das constituições, quer das práticas eleitorais.

Mas os direitos e liberdades sempre reclamados nessas constituições, terão algum significado para os cidadãos a que se destinam, quando a propriedade dos meios de produção pertence a entidades privadas, e o desenvolvimento económico obedece às leis da espontaneidade e livre concorrência? A democracia burguesa assegura sim a democracia aos detentores do capital. A liberdade autêntica do indivíduo, a democracia para o povo, não existe sem que a propriedade dos meios de produção seja dos trabalhadores, condição de acesso a todas as liberdades, sobretudo a política, atribuindo-se então a possibilidade de escolha, em conformidade com as leis objectivas do desenvolvimento social. Quanto ao conceito de socialismo é necessário feri-lo dentro das relações entre o indivíduo e a sociedade.

Numa sociedade socialista estas relações diferem fundamentalmente das existentes num regime dividido em classes antagonicas, em que devido à existência de classes exploradoras e exploradas, os interesses são diametralmente opostos. Numa sociedade de concorrência capitalista, a alienação do trabalhador devido ao carácter antagonista das relações de trabalho, não motivam o trabalhador como homem criador, a ser agente de construção de um património comum, só possível com o aparecimento da propriedade socialista dos meios de produção, evitando que o produto do seu trabalho seja utilizado pelos detentores dos monopólios e não partilhado colectivamente.

A propriedade social será então a gestão social da propriedade. Ao Estado compete deste modo, um trabalho inteiramente criador, de planificar a produção, controlar o trabalho e o

consumo, não em nome de um capital monopolista, mas por mandato de um povo, proprietário colectivo dos meios de produção. Abrem-se então outras perspectivas para o homem trabalhador, o indivíduo integrado num organismo humanizado, pois toniará consciência que deverá subordinar os seus interesses individuais aos interesses da sociedade, e assim projectará o seu trabalho para fora da sua empresa, cujo sucesso será função do sucesso das outras e de todo o povo. É dentro desta óptica que se deverá também entender a campanha pela produção que actualmente se desenvolve, pois o socialismo criará as condições objectivas para um desenvolvimento rápido da economia e da cultura. Será ainda necessário um ritmo de desenvolvimento mais de acordo com as nossas potencialidades,

(Cont. na pág. 7)

SUMÁRIO

A descolonização da Guiné — pág. 2

O MFA em Cuba — pág. 3

O MFA no Comité dos 24 — pág. 5

Acerca da descolonização de Cabo Verde — pág. 6

VISITA DE ARISTIDES PEREIRA A DESCOLONIZAÇÃO DA GUINÉ

Dentro do programa da visita do secretário-geral do PAIGC Aristides Pereira a Portugal, realizou-se no dia 10 de Junho no Centro de Sociologia Militar da 5.ª Divisão do EMGFA uma reunião entre os representantes da Guiné-Bissau e o MFA, presidida pelo primeiro-ministro. Por um elemento do antigo Secretariado do MFA na Guiné foi proferido o seguinte discurso:

Está precisamente a fazer um ano que o processo de descolonização da Guiné entrou numa fase irreversível. Pela primeira vez, na História da Humanidade, se assistia a uma descolonização em que ambas as partes intervenientes demonstraram terem grande número de objectivos comuns, que se podem sintetizar na intenção de constituírem novos países de expressão portuguesa, verdadeiramente independentes, não sujeitos aos interesses neocolonialistas. É extremamente grato e honroso, para nós, homens do MFA receber o representante do Povo irmão, na pessoa do camarada Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, digno sucessor da grande figura africana que foi Amílcar Cabral.

Ao longo dos anos de guerra, os povos de Portugal e das colónias tiveram, cada vez com mais clareza, a noção de travarem uma luta comum para o derrubamento do fascismo-colonialismo, as duas faces de um mesmo inimigo opressor. Após os primeiros contactos realizados em Dakar, entre os representantes do Governo Português e do PAIGC, iniciaram-se em Londres, no dia 25 de Maio de 1974, as negociações que viriam, não sem dificuldades, a terminar em Argel a 9 de Setembro, reconhecendo "de Jure" a República da Guiné-Bissau que já o era de facto desde Setembro de 1973, em proclamação histórica nas zonas libertadas de Medina do Soé. O exemplo vivo da luta do Povo da Guiné foi decisivo para o desencadear do Movimento dos Capitães, que poderemos afirmar, sem exagero, teve, grande parte origem na Guiné.

Aí se politizaram muitos dos homens que viriam a ter papel preponderante no MFA.

O conhecimento do programa do PAIGC; o exemplo da luta e da decisão dos seus combatentes; a constatação do logro em que a maioria dos militares portugueses tinha caído, servindo como instrumentos duma guerra injusta; o saber-se ter sido a República da Guiné-Bissau reconhecida por mais de 80 países e as contradições daí resultantes, criaram no seio das nossas tropas um clima de descontentamento que agudizou e pôs em xeque o sistema fascista-colonialista, imposto pelos interesses capitalistas nacionais e estrangeiros. Mesmo depois do 25 de Abril esses interesses iriam dificultar a democratização do Povo Português e a Descolonização com consequente libertação dos povos irmãos das ex-colónias.

O trabalho, ainda na clandestinidade, do MFA na Guiné, e a sua forte organização, permitiu, aos capitães, logo no dia 26 de Abril de 1974, fazerem um golpe de Estado para demonstrar ao PAIGC e a todo o mundo que o Exército colonial estava contra a guerra colonial. Como consequência, controlou-se totalmente a situação e definiu-se, sem ambiguidade, quais as tarefas a realizar para o imediato cessar

fogo e preparação da aproximação com o PAIGC, conduzindo totalmente o processo de descolonização que viria a ser fundamental para o avanço da descolonização nas outras colónias e o próprio avanço do processo revolucionário em Portugal.

É importante salientar que foi só na Guiné que o MFA destituiu imediatamente o governador e comandante-chefe e seus principais colaboradores, enviando-os para Lisboa; prendeu os PIDEs e expulsou os colonialistas que não se quiseram adaptar.

Desde o 25 de Abril, as operações militares de parte a parte foram tacitamente suspensas, tendo-se apenas verificado acções dispersas insignificantes. Pouco depois começaram a efectuar-se contactos espontâneos entre a tropa portuguesa e os guerrilheiros do PAIGC, prova evidente de que ambas as partes detestavam a guerra e ansiavam por estreitarem os laços de amizade que sempre existiram e não de existir entre povos irmãos. Facto bem significativo dessa aproximação foi o passado em Cacine, num aquartelamento ainda sob dominação portuguesa, junto à fronteira sul com a República da Guiné Conakry onde um grupo de combatentes do PAIGC projectou, para soldados portugueses, um filme sobre os acontecimentos do 25 de Abril em Portugal, em primeira mão. Notáveis foram também os vários contactos entre os militares portugueses e do PAIGC, nos quais os representantes do MFA se apresentavam totalmente desarmados numa manifestação de confiança nas intenções do PAIGC. As contradições do poder central em Lisboa vieram logo ao de cima, nomeadamente na pessoa do então Presidente da República, figura de triste memória para os guineus, que entretanto preparava e apoiava os movimentos e partidos fantoches, numa tentativa desesperada de impedir a libertação do povo da Guiné e a sub-ja ao poder do PAIGC, como vanguarda revolucionária do seu povo.

Essas teses neocolonialistas bem expressas no próprio livro do ex-general, não surtiram efeito e levaram até à agudização das relações entre o MFA local e o poder central em Lisboa, por aquele se opor frontalmente a essas manobras. Tudo isto contribuiu muito, para a crise do Primeiro Governo Provisório.

Em Bissau o MFA neutralizava a acção dos traidores do povo da Guiné — a Liga Popular dos Guineus, o Movimento democrático da Guiné e a FLING, apoiando em contrapartida a criação da CJUPP (Comissão da Juventude para a União Progresso dos Povos) que valeu mais como intenção, uma vez que apoiava o programa do PAIGC, do que propriamente pelas realizações práticas. Spínola quando disto foi informado pelos seus agentes locais, chamou a Lisboa cinco dos oficiais do Secretariado do MFA na

Guiné, por ele considerados traidores, com intenções de os prender e poder realizar o tal Congresso do Povo, forma airosa de referendar a solução neocolonialista.

Não desistindo dos seus intentos, Spínola aproveitou a realização de uma reunião do MFA na Manutenção Militar em Lisboa, no dia 13 de Junho, para tentar impor o "estado de sítio" em Portugal, e mais uma vez chamou traidores aos que vinham desenvolvendo uma acção correcta na Guiné.

Como não conseguiu pôr em prática as suas ideias, começou a vacilar o que veio permitir aos representantes do MFA na Guiné, entretanto chegados a Lisboa, explicar ao então CEMGFA, general Costa Gomes, a situação real naquele território, a irreversibilidade do processo e a determinação das Forças Armadas em não admitirem outra solução que não o reconhecimento da nação independente que já então existia.

Foi na célebre Assembleia do MFA na Guiné, realizada em Bissau no dia 1 de Julho de 1974, com cerca de mil delegados (oficiais, sargentos e praças) de todas as unidades, que se aprovou por aclamação um documento, que, sem falsa modéstia, consideram histórico e decisivo para a descolonização, dando origem à clarificação do Programa do MFA, e permitindo o reconhecimento do direito à independência dos povos coloniais. Este documento impulsionou francamente o avanço do processo, que na altura estava a sofrer um atraso reflectido no impasse das próprias conversações de Londres com o PAIGC, em consequência da política neocolonialista defendida por Spínola. Acho importante relembrar aqui as 5 conclusões desse documento:

1. Repudiar qualquer solução local e unilateral que não seja aceite pelo Governo Central de Portugal.
2. Exigir que, vencendo os obstáculos levantados pelas forças reaccionárias e neocolonialistas, o Governo Português, de acordo com as resoluções pertinentes da ONU reconheça imediatamente e sem equívocos a República da Guiné-Bissau e o direito à auto-determinação e independência dos povos de Cabo Verde, única política susceptível de conduzir à paz verdadeira.
3. Exigir que sejam imediatamente reatadas negociações com o PAIGC não para negociar o direito à independência mas tão só os mecanismos conducentes à transferência de poderes.
4. Exigir que sejam desde já dadas por findas as comissões de todos os militares com 18 meses no mató e 21 meses em Bissau, processando-se a evacuação gradual dos restantes militares nos termos do acordo a celebrar com o PAIGC.
5. Apelar para que os militares portugueses encarem a sua presença actual e futura na Guiné como uma

CARTA DE OFICIAIS RESISTENTES DA BÉLGICA

AMICALE COLDITZ-LUBECK
10, rue de Sélys
B-4000 LIÈGE

Liège, le 28 mai 1975

Au Général VASCO GONÇALVES
A l'Amiral ROSA COUTINHO
du Mouvement des Forces Armées.

Chers Camarades,

Apprenant votre venue à Bruxelles, je voudrais vous dire, au nom des officiers belges résistants qui luttèrent contre le nazisme, le plaisir de savoir que vous foulez le sol belge durant quelques jours et de vous souhaiter la bienvenue dans notre pays.

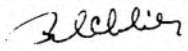
Nous sommes les survivants de ceux qui capturés refusèrent de considérer que la lutte était finie et tentèrent par l'évasion de rejoindre les forces libres et renvoyés dans des camps de représailles essayèrent dans la mesure du possible de saboter encore l'organisation militaire nazie. (Camps de représailles de Colditz et de Lubeck pour les officiers et camp de Rawa-Ruska pour les sous-officiers et les soldats). Beaucoup de nos camarades furent abattus et d'autres, plus nombreux encore rentrèrent au pays, marqués par les mauvais traitements subis durant cinq ans.

C'est au nom de ces survivants de la lutte contre le nazisme, qui se sentent proches de vous, les militaires portugais, que je vous adresse ces lignes.

Car nous suivons, depuis le 25 avril 1974, avec un très vif intérêt le développement de la situation politique au Portugal; aussi nous, anciens combattants de la lutte contre le nazisme et l'oppression, comptons sur vous, les militaires de la génération suivante, pour que vous placiez toujours au centre de vos préoccupations le service que tout soldat doit à son pays et qui englobe la défense de la liberté individuelle, de la liberté d'expression et de la liberté de la presse.

Nous avons l'espoir de vous voir triompher de ceux qui rêvent de faire basculer votre beau pays dans une nouvelle dictature qui priverait à nouveau le peuple portugais des libertés individuelles auxquelles vous et nous sommes si attachés.

Croyez chers Camarades, à nos sentiments très fraternels.


P. R. CHARLIER
Vice-Président.

AMICALE COLDITZ-LUBECK
BÉLGICA

Liège, 28 de Maio de 1975

Ao general Vasco Gonçalves, ao almirante Rosa Coutinho, ao MFA.
Caros camaradas,

Ao tomar conhecimento da vossa vinda a Bruxelas, desejo exprimir-vos, em nome dos oficiais belgas resistentes que lutaram contra o nazismo, o agrado de saber que estarão em solo belga durante alguns dias e desejar-vos as boas-vindas ao nosso país.

Somos os sobreviventes daqueles que quando capturados não admitiram que a luta tivesse acabado e tentaram, evadindo-se, juntar-se às forças livres e, ao serem de novo enviados para campos de represálias tentaram, na medida do possível, continuar a sabotar a organização militar nazi (campos de represálias de Colditz e Lubeck para os oficiais e campo de Rawa-Ruska para os sargentos e soldados). Muitos dos nossos camaradas foram abatidos e outros, ainda em maior número,

forma de prestar a sua cooperação desinteressada ao povo da Guiné assim contribuindo para o pagamento da dívida histórica criada pelo colonialismo Português.

Deste documento teve o PAIGC conhecimento imediato, o que veio contribuir para o aumento de confiança no MFA e nos seus propósitos. Começou a partir daí uma nova etapa em que os dois povos se reencontraram, após derrotarem o inimigo comum — o fascismo — colonialismo, encetando uma caminhada paralela ao longo da história, na construção de sociedades socialistas onde acabe de vez a exploração do homem pelo homem.

A amizade e a cooperação entre os nossos povos deverá guiar-se sempre

voltaram para casa marcados pelos maus tratados que sofreram durante cinco anos.

E em nome desses sobreviventes da luta contra o nazismo, que se sentem próximos de vocês, militares portugueses, que vos envio estas palavras. Desde o 25 de Abril de 1974 que seguimos com grande interesse o desenvolvimento da situação política em Portugal, assim, como combatentes da luta contra o nazismo e a opressão, contamos convosco, militares da geração seguinte, para que coloquem sempre no centro das vossas preocupações o serviço que todos os soldados devem ao seu país e que engloba a defesa da liberdade individual, da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

Esperamos ver-vos triunfar contra os que sonham fazer o vosso belo país voltar a uma nova ditadura que privasse de novo o povo português das liberdades individuais a que vós e nós estamos tão ligados.

P. R. Charlier
Vice-Présidente

pelos princípios de independência, não opressão e não ingerência nos assuntos internos, igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

Portugal, pelo seu maior desenvolvimento e pela sua posição na Europa Ocidental, é um elemento de ligação importante entre os novos Estados de língua portuguesa. Com efeito, face à luta pelo controle do mundo que actualmente se trava, tanto Portugal, país pequeno não imperialista, com os novos Estados Africanos, países em vias de desenvolvimento, têm necessidade de se unir e fortalecer os seus laços. Será na paz, cooperação, solidariedade internacionalista e exemplo revolucionário que venceremos.

O MFA EM CUBA

A realidade prática de uma sociedade socialista principalmente para quem pela primeira vez a constata, constitui uma sensação que, apesar de teoricamente esperada, marca profundamente os primeiros momentos desta experiência, cujo relato cronológico se descreve.

O Homem Novo que nos foi dado conhecer é uma síntese perfeita das possibilidades criadoras de uma via socialista. Assim o demonstra a sua atitude perante a sociedade que o integra e perante o mundo. Profunda e conscientemente disciplinado, sabe o que quer e para onde caminha. No respeito por si próprio e perante os outros, num esforço de superação constante para, valorizando-se, valorizar a sociedade, é este o Homem Novo a que nos referimos e de que tantas vezes ouvimos falar. Mais, consciente da sua responsabilidade perante o mundo, alarga o seu campo de acção a todos os povos em luta, numa interpretação correcta do internacionalismo proletário conferida por uma consciente formação ideológica.

E, sobretudo, este Homem Novo que conhecemos parece ser feliz.

Cuba, com orgulho plenamente justificado, considera-se e é a pioneira do socialismo na América Latina. Todo o seu povo, numa lição permanente e vigorosa de solidariedade internacional, consciente de que a etapa superior do socialismo só atinge com plenitude quando todos os povos viverem em "liberdade socialista", apoia e vive intensamente o processo revolucionário português. Com emoção, verificámos o interesse que nos dedicam e o conhecimento, desde as crianças nas escolas às pessoas mais idosas, nas cidades e nos campos, que toda a gente possui do que se passa em Portugal e no Mundo.

Assim o demonstraram o acto do 1.º de Maio, onde as referências a Portugal volvido um ano sobre o 25 de Abril eram constantes e calorosas e principalmente e compreensivelmente as manifestações de apoio ao Vietnam recém libertado.

O que se disse constitui, sem dúvida a impressão mais forte que Cuba deixa a quem a visita e a quem a conhece. É importante sublinhar que tendo a população cubana uma grande percentagem de indivíduos de cor, não se vislumbra qualquer forma de discriminação racial, verificando-se outrossim uma perfeita e natural harmonia.

AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS

Para uma delegação militar é natural que um dos aspectos importantes da visita reside nas Forças Armadas Revolucionárias Cubanas. E é oportuna a publicidade destas impressões. As FAR constituem uma extraordinária organização militar. De alto tecnicismo, bem apetrechadas, e melhor preparadas, sob uma coerente unidade política e formação ideológica são o mais sólido garante da Revolução Cubana. Hierarquizadas e profundamente disciplinadas são o orgulho do povo que, por via delas, vive tranquilo e em paz. A disciplina livremente consentida e a hierarquia naturalmente aceite são, assim mesmo, características destas como de todas as Forças Armadas dos

A convite do Instituto Cubano de Amizade aos Povos (ICAP) e do Ministério das Forças Armadas Revolucionárias (MINFAR) deslocou-se a Cuba, uma delegação do MFA constituída por cinco oficiais dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas e um marinheiro. Sobre a visita, que se prolongou do dia 21 de Abril a 7 de Maio, apresentamos algumas notas e apreciações elaboradas pela delegação do MFA.

países socialistas. O princípio do mando único está bem expresso na consigna "a ordem do chefe encarna o mandato da Pátria". Mas é evidente que, o chefe é mesmo um chefe, é realmente o melhor. É claro que se trata da hierarquia da competência. Como também é evidente que se a disciplina é livremente consentida, é porque algo identifica aquele povo. Há unidade política e suficiente unidade ideológica. Os objectivos são comuns e para eles se caminha tranquila e firmemente. Ainda sobre as Forças Armadas, elas não constituem um peso morto para a Nação. Colaboram ainda hoje quando necessário na batalha da produção, formam quadros para a sociedade e preparam politicamente os cidadãos que passam pelas fileiras. As FAR cubanas são uma forte surpresa para quem as pensava uma simples regularização das dos tempos lendários da Sierra Maestra.

O ENSINO EM CUBA

Um aspecto de Cuba que constitui exemplo mesmo para os próprios países socialistas é o ensino que, obviamente, é gratuito em todos os níveis. É surpreendente o nível das suas escolas. Nas cidades e nos campos a juventude cubana, em perfeita harmonia de sexos, sem exageros burgueses, prepara o seu futuro e o da sua Nação estudando e trabalhando. Todas as escolas têm os seus campos de trabalho agrícola e todos os estudantes, numa prática diária, associam o estudo ao trabalho, colaborando assim na batalha da produção e sobretudo cultivando um hábito salutar: o amor e o respeito pelo trabalho manual. A indústria, ao serviço da Nação, está obviamente ligada às escolas e os estudantes desde cedo abandonam a abstracção teórica e entram no campo do concreto. Neste aspecto refere-se, a título de exemplo, a Escola Lenin em Havana, onde dentre várias actividades de produção industrial se destaca uma linha de montagem de aparelhos de rádio, totalmente integrada por alunos. Nesta escola são os próprios alunos que desempenham a quase totalidade das tarefas desde a administração à alimentação. Depois deste panorama, já não causa surpresa que a Direcção da Escola afirme que dentro de um ano esta se torne, sob o ponto de vista económico, autosuficiente!

Seria morosa uma exposição detalhada sobre todos os aspectos da Revolução Cubana. Referiremos apenas que todas as conquistas obtidas, nos campos da saúde, agricultura, indústria, habitação, etc., só são possíveis numa sociedade socialista onde a planificação económica é uma realidade exequível, precisamente porque os meios de produção e distribuição são pertença do povo, precisamente porque se pôs termo à exploração do homem pelo

homem e se envidou e cuida da dignificação da condição humana pela sua promoção cultural, económica e social. Alguns aspectos há que, pelo seu significado e pela sua contribuição decisiva para o êxito da revolução merecem uma referência especial.

OS COMITÉS DE DEFESA DA REVOLUÇÃO (CDR)

Trata-se dos Comitês de Defesa da Revolução, da Preparação Política e Ideológica do Povo, das Microbrigadas e da Austeridade.

Os primeiros pela multiplicidade de funções vitais que exercem, desde a vigilância popular nas cidades e nos campos, nas escolas e nas fábricas até à acção cívica multifacetada desde o esclarecimento e recuperação de indivíduos até às campanhas de acção sanitária. Um número significativo: há 15 mil mulheres em tratamento de cancro que se salvarão por detecção em tempo.

A preparação política de todo o povo cubano e a crescente formação ideológica, materializam a unidade que permite a convergência de esforços determinante da marcha vigorosa e calculada para o progresso.

As Microbrigadas, pequenos destacamentos de trabalhadores das empresas e fábricas que se deslocam para actividades de construção civil, desmultiplicando o esforço da mão-de-obra, traduzem admiravelmente o espírito de sacrifício dos operários cubanos na construção do seu país.

A austeridade que caracteriza a vida social de Cuba significa, antes de mais, restrição do supérfluo e garantia do necessário. Um exemplo concreto é o racionamento do leite. O que significa isto? Apenas que todas as crianças e todas as pessoas idosas têm direito a, pelo menos, um litro de leite por dia e per capita. Austeridade ainda que se nota à noite na iluminação das ruas de Havana, na ausência de artigos de luxo das suas montras mas que, e isto é que importa, traduz a garantia das condições de vida para todo o povo cubano.

De tudo quanto se disse apenas se sublinharam os aspectos positivos. Há aspectos negativos, contradições? Naturalmente, mas sempre sob controle e em permanente intenção de os corrigir.

A VIA CUBANA E O SOCIALISMO CIENTÍFICO

Cremos ser oportuno, observar que esta exposição plenamente favorável e de agrado pelo processo cubano pretende antes de mais ratificá-lo assim mesmo, cubano. É evidente que Cuba, como qualquer país onde se desenvolvem processos socialistas constitui uma fonte de ensinamentos pelas medidas acertadas e não só. Há pontos de contacto entre o processo cubano e o português que, no fundo, não são mais que leis históricas que se cumprem. Há medidas que Cuba desenvolveu e desenvolve que nos podem interessar. Mas mais do que a forma processual interessa-nos a ideia, o conceito pois que a estrutura e o pormenor do desenvolvimento serão determinados pelas nossas circunstâncias específicas.

Isto não significa que estejamos a inventar um novo tipo de socialismo, o tão falado "socialismo à portuguesa".

Não. O socialismo científico tem uma definição histórica concreta. Tem leis fundamentais como ciência que é, tem objectivos bem definidos a atingir. A verificação dessas leis é que pode fazer-se por processos diferentes. Iguais metas podem atingir-se por caminhos diversos. Por isso o processo português para o socialismo não tem de ser igual a nenhum outro, russo, chinês ou cubano.

Cada povo, tomando o destino em suas próprias mãos e assumindo as suas responsabilidades históricas define o traçado da sua via sem deixar de cumprir a História.

Também isto nos foi referido em Cuba confirmando a razão da nossa originalidade.

É curioso verificar que em Cuba os estudantes estudam e trabalham e os trabalhadores trabalham e estudam. Que se passa neste país? Há uma concreta definição de objectivos. Há uma linha ideológica que congrega. Há força para corte de desvios, claro. É o próprio povo que a exerce, evidentemente. Há planificação económica. Há unidade no fundamental. Há uma consciência nacional de vontade socialista.

Isto não é uma crítica ao nosso processo, mas outrossim aos impacientes e descrentes, aos burgueses mais ou menos mascarados de progressistas e aos saudosistas. Cuba volvido um ano sobre o início do processo revolucionário estava em piores condições que nós. Partindo de uma base económica primária, de um alto índice de analfabetização e despolitização sob a ameaça permanente do imperialismo americano, contra todas as expectativas sobreviveu e marcha inexoravelmente para o socialismo. Portugal em melhores condições gerais, com a firme determinação das suas Forças Armadas Revolucionárias, com base na aliança POVO-MFA e em cooperação com os partidos políticos de vanguarda, vencerá.



O COMITÉ DOS 24 E A INDEPENDÊNCIA DOS NOVOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Um factor importante da queda do regime fascista-colonialista foi o seu crescente isolamento na comunidade internacional e face à opinião pública mundial.

A tal ponto que a política de abertura de M. Caetano em relação às grandes potências ocidentais dispostas a apoiar a sua política de guerra e agressão ficou comprometida e o regime se encontrava à beira de voltar à política do "orgulhosamente sós", desta vez forçados por um repúdio cada vez maior.

Em Novembro de 1972 por exemplo, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma moção apresentada pelos delegados africanos em que se afirmava que os "representantes autênticos" de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau eram os respectivos movimentos de libertação. A votação — 98 votos contra 6 e 8 abstenções — revelou que já só os Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Espanha e Brasil apoiavam a política de Caetano, enquanto que a França se abstinha, e a Itália, a Bélgica e o Luxemburgo apoiavam os nacionalistas africanos.

A situação criada pelo desenvolvimento que a luta atingia — declaração de independência da Guiné-Bissau, zonas libertadas de Moçambique — e pela solidariedade crescente dos povos do mundo inteiro, e em especial dos países em vias de desenvolvimento e dos países socialistas, foi um contributo para a luta comum contra o opressor colonial-fascista e encontrou sempre apoio nas agências especiais da ONU, como o Comité dos 24 que apoiaram a luta pela independência.

O Comité dos 24, cuja designação oficial é Comité Especial para a Situação Relativa à Aplicação da

Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Colonizados, foi criado pela ONU em Novembro de 1961, para levar à prática a "Declaração Anti-Colonialista" aprovada em fins do ano anterior.

O mandato da comissão, renovado anualmente, obriga-a a "prestar atenção particular aos pequenos territórios e recomendar os meios mais apropriados, bem como as medidas a tomar que permitam eventualmente às populações daqueles territórios exercer plenamente o seu direito à autodeterminação e à independência; recomendar uma data limite para o acesso à independência de cada território considerado, sempre que o julgar oportuno; levar ao conhecimento do Conselho de Segurança todos os factos novos que se produzam nesses territórios que se afigurem constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, e formular sugestões nas quais o Conselho se possa inspirar, estudando as medidas que convirá tomar tendo em atenção às disposições da Carta".

Ao definir o seu âmbito de actuação, na aplicação da referida Declaração, o Comité dos 24 estabeleceu uma lista preliminar de territórios aos quais esta era aplicável, que inclui os territórios sob Tutela, o Território sob Mandato do Sudoeste Africano (Namíbia), todos os territórios não-autónomos e os territórios sob administração portuguesa e a Rodésia do Sul.

A lista completa, além de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor, engloba ainda a Rodésia do Sul; Namíbia; Sahara Espanhol; Arquipélago dos Comoros; Somália Francesa; Novas Híbridas; Antígua; Dominica; S. Cristóvão-Névis-Anguilla; Santa Lúcia; S.

Vicente; Ilhas Falkland (Malvinas); Gibraltar; Belize (Honduras Britânicas); Seychelles; Santa Helena; Ilhas Gilbert e Ellice; Ilha Pitcairn; Arquipélago de Salomão; Ilhas Tekelan; Bermuda; Ilhas Virgens Britânicas; Ilhas Caimão; Montsenat; Ilhas Turks e Caicos; Ilhas dos Cocos; Papua-Nova Guiné; Samora Americana e Guam; Território sob Tutela das Ilhas do Pacífico; Brunei; Ilhas Virgens Americanas e Nine. O Comité apoia ainda o direito à independência de Porto Rico contra as ingerências dos Estados Unidos.

Compõem os "24", delegados do Afeganistão, Austrália, Bulgária, China, Congo, Cuba, Checoslováquia, Dinamarca, Etiópia, Fiji, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Costa do Marfim, Mali, Serra Leoa, Síria, Tunísia, URSS, Tanzânia e Iugoslávia, sendo presidente o embaixador Salim A. Salim (Tanzania).

PAPEL DO COMITÉ DOS 24 NA DESCOLONIZAÇÃO

A actividade do Comité começou de facto em princípios de 1962, acompanhando o desenvolvimento acelerado do processo de luta anticolonial, que possibilitou a efectivação da Declaração de 1960.

A maior parte da actividade desenvolvida pela Assembleia Geral neste domínio tem estado intimamente ligada ao Comité, que é o principal inspirador da grande maioria das resoluções na matéria. A maior parte destas medidas são, em geral, pedidos ou recomendações dirigidos às potências administrantes e ao Conselho de Segurança e ao Secretário-Geral, bem como a países membros ou agências

especializadas que pudessem dar um contributo para a descolonização.

O Comité condenou vivamente as actividades dos regimes colonialistas e de "apartheid" solicitando que pusessem termo à sua política de agressão armada contra as populações dos territórios, a libertação dos presos políticos, a revogação da legislação e medidas discriminatórias e a realização de eleições democráticas, bem como exigiu a cessação do afluxo sistemático de emigrantes estrangeiros e da política de dispersão e transferência dos autóctones.

O Comité e a Assembleia Geral solicitaram também que as potências coloniais terminem a existência de bases militares nos territórios coloniais e denunciaram o papel negativo dos interesses económicos estrangeiros, nomeadamente das multinacionais. Recomendaram aos outros Estados membros das Nações Unidas que se abstivessem de fornecer armas e equipamentos aos governos de Portugal, África do Sul e Rodésia do Sul, ao mesmo tempo que apelavam para a assistência moral, material política e financeira aos povos colonizados em luta pela independência.

A medida que a luta armada se desenvolvia os movimentos de libertação iam ganhando mais e mais apoio e, foram admitidos na 4.ª Comissão da Assembleia Geral (1972) como observadores por proposta da Comissão de Tutela e foi reconhecido o seu direito de representantes legítimos dos povos colonizados, o que veio acelerar o isolamento diplomático dos governos de Portugal e África do Sul, que foram sucessivamente afastados das agências especializadas da ONU. O contributo do Comité dos 24 para este isolamento e para o esclarecimento da opinião pública mundial foi da maior relevância, e permitiu aos movimentos de libertação alargar imenso a sua audiência mundial e a sua actividade diplomática, com os resultados conhecidos.

O COMITÉ DOS 24 E O 25 DE ABRIL

Embora inicialmente o processo de descolonização tenha sido acolhido com frieza e mesmo uma certa hostilidade no seio das Nações Unidas, devido nomeadamente às manobras neocolonialistas levadas a cabo com o apoio claro de sectores do poder de Estado no nosso País, a evolução da situação e as provas dadas ao longo do processo pela parte portuguesa, fizeram evoluir a situação no sentido do justo reconhecimento do novo papel de Portugal.

Assim, no decurso da última Assembleia Geral foi aprovada uma resolução do Comité dos 24 que autoriza as agências especializadas a retomarem a sua normal colaboração com Portugal.

A resolução 3294 de Dezembro de 1974, após a conclusão do acordo com o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP) e o início das conversações finais com o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) sobre Cabo Verde, traça o seguinte quadro:

No preâmbulo, refere a "importante declaração feita pelo Chefe de Estado de Portugal em 17 de Outubro de 1974"

(1), bem como outras feitas por Portugal, pelos movimentos de libertação e pelo presidente da Organização de Unidade Africana (OUA).

Em seguida, dão-se as boas vindas "à declaração do Governo de Portugal aceitando cumprir as suas obrigações determinadas pelas relevantes disposições da Carta das Nações Unidas e reconhecendo o direito dos povos à autodeterminação e à independência, bem como o desejo expresso por Portugal em cooperar nos trabalhos dos competentes órgãos das Nações Unidas".

Afirma-se depois que a mudança da política colonial portuguesa foi resultado principalmente da luta dos povos colonizados e que a acção do MFA em 25 de Abril representa um "passo fundamental" no processo de descolonização.

A resolução condena as "actividades de grupos fascistas e reaccionários ainda em existência em Angola, Cabo Verde e Moçambique" e pede ao governo português que intensifique os seus esforços para pôr cobro a essas actividades.

Finalmente, a parte positiva reitera a afirmação da unidade nacional e da integridade territorial dos territórios sob administração colonial portuguesa, bem como reafirma o apoio e solidariedade com os movimentos de libertação FNLA, MPLA, PAIGC, FRELIMO e MLSTP (2) e pede ao governo português que continue todos os seus esforços para a plena aplicação da Declaração. O Comité dos 24 foi encarregado de manter sob observação a situação nos territórios sob administração portuguesa nomeadamente pelo envio de missões de visita, que sempre foram recusadas pelo anterior regime.

Aliás em Fevereiro do corrente ano esteve em Cabo Verde uma missão de visita das Nações Unidas, convidada pelo governo português e pelo PAIGC. É neste espírito de colaboração que actualmente são encarados os problemas a resolver no âmbito da descolonização, o que representa uma grande vitória do MFA e do povo português que revelaram mais uma vez a sua capacidade de mudança e de reconversão. O Comité dos 24, que ontem se opunha firmemente à política colonial-fascista de Salazar e Caetano, vem hoje reunir-se no nosso País, dando o seu aval à política de descolonização do governo português, delineada pelo MFA, e colocando-se a seu lado para levar até ao fim o processo de acesso pacífico à independência de Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Timor.

NOTAS

(1) Discurso do General Costa Gomes na Assembleia Geral da ONU, 17 de Outubro de 1974.

(2) A UNITA está excluída da resolução pois ainda não tinha sido reconhecida pela OUA, o que se verificou pouco antes da cimeira entre os movimentos de libertação de Angola e o governo português no Alvor.



A MISSÃO DO COMITÉ DOS 24 VISITA ÁREAS LIBERTADAS DA GUINÉ-BISSAU

Apesar da recusa sistemática de admitir observadores internacionais da ONU nas colónias por parte do governo fascista-colonialista, o Comité dos 24 não deixou de cumprir essa sua missão. De 2 a 8 de Abril de 1972, três membros do Comité dos 24 visitaram áreas libertadas da Guiné-Bissau. A Missão enviada pelo Comité Especial dos 24 para a Descolonização, e convite do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), viajou quase sempre a pé, percorrendo 200 km em 9 localidades diferentes. O fim da visita era assegurar informações em primeira mão sobre as condições nas áreas libertadas e averiguar as intenções e aspirações do povo no que respeita ao seu futuro.

Os membros da Missão eram: Horácio Sevilla Borja, do Equador, presidente, Folke Lofgren, da Suécia, e Kamel Belkhiria, da Tunísia.

O próprio Comité dos 24 visitou a África durante três semanas, em Abril, e iniciou as suas reuniões na Guiné-Conakry, em 10 de Abril, com um relatório preliminar dos membros da Missão Especial.

O texto que se segue apresenta-nos as Conclusões do relatório escrito e assinado pela Missão Especial.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na sua resolução 1542 (XV) de 15 de Dezembro de 1960, a Assembleia Geral declarou que os territórios sob administração portuguesa, incluindo Guiné-Bissau e Cabo Verde, são territórios sem auto-governo. Assim, segundo os termos do artigo 73 da Carta das Nações Unidas, Portugal, como potência administradora, tem a obrigação de promover o bem-estar dos habitantes dos territórios em questão, e para aquele fim, entre outras coisas, desenvolver o auto-governo. Assim, segundo os termos do artigo 73 da Carta das Nações Unidas, Portugal, como potência administradora, tem a obrigação de promover o bem-estar dos habitantes dos territórios em questão, e para aquele fim, entre outras coisas, desenvolver o auto-governo. Assim, segundo os termos do artigo 73 da Carta das Nações Unidas, Portugal, como potência administradora, tem a obrigação de promover o bem-estar dos habitantes dos territórios em questão, e para aquele fim, entre outras coisas, desenvolver o auto-governo.

povos destes territórios, de acordo com a Declaração da Garantia de Independência dos Povos e Países Coloniais, e outras relevantes resoluções das Nações Unidas. Mais ainda, numa vã tentativa de suprimir os movimentos nacionais de libertação nos territórios africanos e de estrangular as legítimas aspirações dos seus povos de se libertarem do domínio colonial, o Governo de Portugal tem recorrido ao uso intenso das forças armadas, empregando todas as técnicas da guerra moderna contra povos indefesos destes territórios.

Durante a sua recente visita às áreas libertadas da Guiné-Bissau, a Missão Especial teve larga oportunidade de testemunhar a devastação e miséria causadas pelas acções de Portugal, particularmente o bombardeamento indiscriminado de aldeias e o uso de napalm na destruição das culturas. Ao mesmo tempo, a Missão ficou profundamente impressionada com a manifesta determinação do povo, apesar dos incalculáveis esforços e sofrimentos, em prosseguir a luta até alcançar a libertação e a independência sob a chefia do movimento de libertação nacional, o PAIGC. A Missão louva quer a coragem e determinação do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, quer a devoção e empenhamento com que o PAIGC guia e ajuda o povo a atingir as metas estabelecidas na Carta.

Que a luta pela libertação do território continua e que Portugal já não exerce qualquer controle administrativo em grandes áreas da Guiné-Bissau, são factos irrefutáveis. Segundo o PAIGC, as áreas libertadas compreendem actualmente entre dois terços e três quartos, do território. Isto foi verificado por muitos observadores estrangeiros e jornalistas. É também evidente que a população das áreas libertadas apoia sem reservas a política e as actividades do PAIGC, o qual, após 9 anos de luta, exerce de facto livre controle administrativo nas áreas e protege efectivamente os habitantes, a despeito das actividades portuguesas.

A Missão ficou impressionada com a cooperação entusiástica que o PAIGC recebe do povo das áreas libertadas e com a participação deste na organização administrativa, estabelecida pelo PAIGC, e nos vários programas de reconstrução. De acordo com isto, a Missão crê que o reconhecimento, por parte do Conselho Especial, do PAIGC como sendo de facto o único e

autêntico representante das aspirações do povo do território, deve ser aceite por todos os Estados, agências e outras organizações dentro do sistema das Nações Unidas que tratem de assuntos relacionados com a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Numa tentativa de manter o domínio colonial nas áreas do território que ainda controla e, mais recentemente, com o fim de impedir a Missão de realizar o seu objectivo, o Governo de Portugal tem intensificado o emprego da força militar e tem concretizado outros actos de hostilização e agressão, não só contra o povo do território, mas também contra os Estados independentes limítrofes, nomeadamente a República da Guiné e o Senegal. A missão encara com sérias preocupações a situação crítica e explosiva que daí resulta, perturbando seriamente a paz e a segurança nesta região da África.

A Missão considera imperioso que o fornecimento de armas feito a Portugal por alguns dos seus aliados cesse imediatamente, pois está convencida de que, sem tal apoio, Portugal, será incapaz de prosseguir a guerra colonial contra os povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. A Missão sugere que a Comissão Especial de particular atenção a este aspecto da situação e peça ao Secretário-Geral que se informe junto dos Estados Membros, assim como junto de outras fontes, acerca do fornecimento de armas a Portugal.

A Missão espera que as informações recolhidas durante a sua visita às áreas libertadas da Guiné-Bissau sirvam para chamar a atenção do mundo inteiro para os sérios problemas que existem em África. Eles revelam a luta heróica do povo do território, sob a chefia do PAIGC, e a determinação de se libertarem de uma guerra colonial que Portugal tenta em vão ganhar. Incapazes de retomar o control das áreas libertadas ou de vencer o movimento de libertação, as autoridades portuguesas recorrem aos bombardeamentos aéreos indiscriminados matando civis e destruindo, particularmente, hospitais, escolas e aldeias.

A Missão crê que todos os governos e todas as organizações nacionais e internacionais devam fazer um esforço conjunto para alertarem a opinião pública mundial, com vista a ajudar o povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde a alcançar a autodeterminação e a independência. As informações e os factos que a Missão pode obter deveriam chamar a atenção da comunidade internacional no sentido de intensificar as pressões diplomáticas e políticas sobre o Governo de Portugal, a fim de obter o seu acordo com as decisões das Nações Unidas.

Na opinião da Missão deviam ser feitos esforços especiais no sentido de serem publicadas regularmente as actividades terroristas dos comandos portugueses contra as populações civis, e de sublinhar a importância do papel a ser desempenhado, nesse sentido, pelo Gabinete de Informação Pública das Nações Unidas.

Elaborado pelos membros da Missão: Horácio Sevilla Borja, do Equador, presidente; Folke Lofgren, da Suécia; e Kamel Belkhiria, da Tunísia.

O MFA NO COMITÉ DOS 24

O major Melo Antunes pronunciou no dia 12 de Junho um importante discurso na reunião do Comité de Descolonização da ONU, de que reproduzimos as passagens mais significativas:

"Um dos principais objectivos da Carta das Nações Unidas, assinada a 26 de Junho de 1945, é "desenvolver entre as nações relações amigáveis baseadas no respeito do princípio de igualdade dos direitos dos povos e do seu direito a disporem de si-próprios e tomar todas as outras medidas apropriadas para consolidar a paz no mundo".

O marco principal no caminho da descolonização acelerada dos territórios não-autónomos foi lançado em 14 de Dezembro de 1960, quando a XV Assembleia Geral aprovou a resolução 1514. Esta resolução não se limita a reafirmar o respeito pelos direitos fundamentais, pela dignidade e valor da pessoa humana bem como pelas legítimas aspirações dos povos ao progresso e à justiça social; sobretudo, proclama e define a necessidade urgente da criação no mundo de condições de estabilidade e de desenvolvimento cada vez maiores, através da eliminação das situações coloniais. Em seguida, um Comité Especial, destinado a levar à prática a declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Novembro de 1961. O seu objectivo principal — assegurar o fim das situações coloniais e o exercício incondicional da liberdade dos povos colonizados, sem manobras dilatórias pretextando um atraso político, económico, social ou cultural."

UM REENCONTRO HISTÓRICO

Depois de sublinhar a importância da actividade do Comité de Descolonização, o major Melo Antunes afirmou:

"Penso que não é possível negar a importância da contribuição de Portugal no decurso do último ano, para a eliminação do colonialismo. O Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril de 1974 foi, com efeito, um movimento libertador que se dirigiu fraternalmente, solidariamente e sem distinção de raças, ao homem português da Europa e ao homem africano da Guiné-Bissau, de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde ou de S. Tomé, sem esquecer o povo de Timor. O povo português, celebrando este reencontro histórico, lembrava a todos que os crimes de alguns opressores, traficantes ou exploradores não podiam, nem tinham destruído os seus sentimentos profundos de fraternidade e amizade para com todos os povos. A possibilidade desse reencontro decorre ainda do facto de que a instauração, no nosso país, duma ordem económica e social, que se abre decididamente para a abolição de toda a opressão e exploração, bem como a instauração duma ordem política livre e democrática, necessariamente baseada no estabelecimento de novas relações igualitárias, de cooperação e fraternais com os povos das nossas antigas colónias.

NOVAS RELAÇÕES COM AS EX-COLÓNIAS

Há vários factores que explicam a possibilidade excepcional que Portugal tem, doravante, de estabelecer com as suas ex-colónias relações de justiça e respeito mútuo, que possam verdadeiramente servir de exemplo às relações entre o mundo in-

dustrialmente avançado e as nações subdesenvolvidas do Terceiro Mundo. Em primeiro lugar, a fraqueza relativa da nossa economia, bem como a dependência em relação aos grandes centros económicos mundiais, impediu a economia portuguesa de exercer, pelos seus próprios meios, qualquer dominação neocolonialista. Acrescente-se ainda que o poder político em Portugal já não está ao serviço de nenhum interesse privado, que pudesse aproveitar-se dessa dominação, mas ao serviço do povo português. Portanto, nenhuma contradição subsiste entre as nossas Nações.

A EUROPA E O TERCEIRO MUNDO

É este padrão de relações igualitárias e fraternas, que damos como exemplar, e pensamos que terá efeitos muito positivos nas relações entre os centros industrializados e os países pobres do mundo.

A nossa pertença, decorrente de vários laços, à Europa, coloca-nos num papel fundamental de intermediário entre o espaço europeu e o mundo africano, entre a Europa e o Terceiro Mundo. Neste papel, não queremos servir nenhuma penetração económica que pudesse vir a tornar-se em novos tipos de dominação neocolonialista, mas, pelo contrário, queremos contribuir para a conquista de relações duma maior equidade e justiça entre estes espaços e estes povos, relações que possam basear uma progressiva independência dos dois lados face às superpotências e aos grandes blocos políticos e militares que hoje partilham o mundo. De qualquer modo serão construídas as fundações duma nova ordem política e económica internacional que assegurará a autêntica independência das Nações.

UM NOVO EQUILÍBRIO MUNDIAL

Se a independência da Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique influenciaram profundamente o curso da libertação do continente africano, é certo que a dos dois últimos países, dada a sua situação geográfica, as suas riquezas naturais e o grau de desenvolvimento que já atingiram, traz uma transformação histórica a uma região da mais alta importância para o equilíbrio regional e internacional das forças mundiais. Deste modo, nascerão novos equilíbrios e serão criadas novas relações, baseadas numa maior equidade e cooperação entre os povos, a partir da luta dos povos e nações oprimidos e explorados do Terceiro Mundo, e do próprio exemplo que o nosso processo de descolonização poderá dar ao Mundo, por mais adversas que sejam as forças e os interesses que se lhe opõem."

O COMITÉ DOS 24 E PORTUGAL

Em seguida, o major Melo Antunes referiu-se à importância da reunião do Comité dos 24 nos seguintes termos:

"Esta reunião em Lisboa é, pois, uma afirmação de confiança dirigida ao Portugal novo. Isto é motivo duma profunda satisfação para os portugueses, na medida em que este gesto traduz o reconhecimento da sinceridade da nossa política de descolonização e dá-nos uma firme esperança no seu sucesso, apesar das inúmeras dificuldades que ainda temos de vencer. Estamos firmemente empenhados neste processo de descolonização,

(Cont. na pág. 7)



ACERCA DA DESCOLONIZAÇÃO EM CABO VERDE

O 25 DE ABRIL
E A EVOLUÇÃO DAS FA

O 25 de Abril não teve repercussões imediatas nesta colónia e, a verificarem-se, notaram-se mais a nível da discussão e movimentação das massas populares do que a nível de estruturas portuguesas, quer administrativas, quer militares.

Na população assistiu-se sobretudo a tomadas de posição a nível de cúpulas intelectuais (regresso de exilados) ou a nível estudantil e de grandes massas urbanas e rurais. Cedo o PAIGC revelou a implantação que, na clandestinidade, tinha no arquipélago, implantação essa que veio a ser reforçada pelo regresso de militantes e simpatizantes radicados no estrangeiro e em Portugal. A actividade do partido passou de uma situação de clandestinidade para uma outra de tolerância por parte das autoridades (apoiadas no 1.º Governo Provisório) e de adversidade por parte de grupos incomparavelmente minoritários, formados no topo pelos detentores do capital (grandes comerciantes e proprietários das poucas explorações agrícolas) que, da posse dos órgãos de informação, se limitavam, sem qualquer programa ou actividade junto da população, a emanar sucessivas moções de apoio à política colonial e constantes insultos às directivas do PAIGC impossibilitado de responder devido à cumplicidade das autoridades e à falta de acesso aos órgãos de informação.

No campo administrativo, a seguir a um curto período de transição durante o qual os Governos nas colónias foram substituídos por lei, sucederam-se vários governadores normalmente da confiança de Spínola. Para lá de substituições de conveniência, nada mais aconteceu — nem substituição de pessoas, nem reformas de estruturas, nem programas de acção que mostrassem enquadrar-se no espírito do programa do MFA — os próprios agentes da PIDE/DGS se passeavam livremente pela principal cidade (onde está instalado o QG) e a confraternizar com os expoentes do colonialismo.

A nível militar, salvo raríssimas (mas confirmadas) excepções, o 25 de Abril encontrou um ambiente senão de hostilidade pelo menos de apatia. Tal facto deve basear-se na situação de privilégio que Cabo Verde representava em tempo de guerra — não sendo uma frente de combate, um número muito razoável de militares encontrava-se ali em comissão por oferecimento ou escolha. Deste modo, a dinamização e a consciencialização a que as FA foram sensíveis em Portugal não se fez sentir em Cabo Verde senão muito lentamente e só à medida que iam chegando militares idos de Portugal e que tinham presenciado as modificações iniciadas com a revolução.

OS ACONTECIMENTOS
DE SETEMBRO
E A DESCOLONIZAÇÃO

Estes acontecimentos foram o ponto máximo de tensão. Não fora a iniciativa dos poucos elementos progressistas das FA, dinamizadoras do MFA local, de elementos progressistas das FA, dinamizadoras do MFA local, e de elementos do PAIGC, os incidentes de S. Vicente ter-se-iam transformado num banho de sangue. O fracasso da

intentiona de 28 de Setembro, que se saldou com um reforço da unidade Povo-MFA, criou condições para que esta iniciativa fosse o rastilho da descolonização do arquipélago.

É a partir de esta altura que o PAIGC pode começar a agir à luz do dia, efectuando sessões de esclarecimento, comícios, criando comissões de moradores, postos sanitários, etc., apresentado-se como única via possível para a independência, sendo reconhecido como interlocutor privilegiado, acabando por ser o único. O Alto-Comissário toma posse em Lisboa em fins de Dezembro e o Governo de Transição que integra seis ministérios, três dos quais da responsabilidade do PAIGC (o da Coordenação Económica, o da Justiça e Assuntos Sociais e o do Ensino) e três do Governo Português (o da Comunicação Social, dos Estrangeiros e Defesa, o do Equipamento Social e Ambiente e o da Administração Interna).

O MFACV difunde programas radiofónicos na Praia, três vezes por semana, e em S. Vicente, diários, e mantém a sua colaboração permanente no *Novo Jornal de Cabo Verde*, único órgão de informação escrita, semanal, impresso e composto na Praia. Para além destes aspectos iniciou em Janeiro uma acção de dinamização junto dos soldados através de sessões de esclarecimento e divulgação de textos de iniciação à política, ao sindicalismo, e de reflexão sobre democratização e disciplina nas FA e o seu papel em Cabo Verde.

Finalmente nos primeiros dias de Março as campanhas de dinamização cultural da Comissão Dinamizadora Central (CODICE) chegaram ao Arquipélago com uma equipa de três oficiais dos três ramos das FA e o *Teatro Comuna*.

A SITUAÇÃO
ECONÓMICO-SOCIAL
DE CABO VERDE
E O GOVERNO DE TRANSIÇÃO

A situação legada pelo regime salazar-marcelista é francamente má. Os Serviços de Economia não funcionam, confiando no valor da iniciativa privada que não podia ter em vista o bem estar das populações mas apenas o lucro e o ganho fácil, salvo uma ou outra excepção. Desta forma o mau abastecimento em bens de primeira necessidade tornou-se péssimo, chegando a faltar açúcar, milho, elemento base da alimentação local, farinha, feijão e mesmo arroz. Em

compensação, cerveja, whisky e tabaco estiveram sempre presentes.

Durante 6 meses não houve cimento, o que levou à paralização completa da construção e ao desemprego, tendo-se transferido uma parte desta mão-de-obra para as verbas de apoio. Estas verbas constituíam praticamente um subsídio de desemprego embora fossem aplicadas em "obras públicas". "Obras públicas" porque se chegava a ver frentes de 80 e mais trabalhadores levantarem a calçada de ruas inteiras, virarem as pedras ao contrário e calcetarem novamente a rua (isto até há dois meses). Noutros casos e com o mesmo número de trabalhadores "construíam-se" muretes de 30 cm de altura por 100 m de comprimento num mês! O rendimento nestas obras era portanto quase nulo e desmotivava por completo quem trabalhava, quando há falta de habitações (que se podem constituir com produtos locais como pedra e barro), escolas, quando o segundo hospital do Arquipélago tem um Banco de urgência que é ao mesmo tempo sala de tratamentos num espaço de 25 m², enquanto a construção do novo edifício se encontra parada há cerca de dois anos.

Em muitos casos as pessoas apenas trabalhavam duas a três horas, o que ajudava a manter um rendimento baixo, em vez das oito previstas, o que era igualmente difícil devido à situação de fome em que vivem, recebendo 35 a 40\$00 em todas as ilhas (excepto em S. Vicente onde a média é de 70 a 80\$00). Se tivémos em conta que em Janeiro um kilo de arroz custava cerca de 23\$00, uma dúzia de ovos 36\$00, um kilo de batatas 16\$00, vemos que era impossível dar de comer a uma família, em termos razoáveis.

Esta situação começou a modificar-se e está em estudo acelerado o aproveitamento desta mão-de-obra para autoconstrução, construção de escolas, esgotos, canalizações, postos sanitários ...

A administração pública estava estruturada de tal forma que em certos casos havia sobreposição, caso dos concelhos e das câmaras que por vezes tinham um movimento incomparavelmente maior que os primeiros.

Uma parte importante das receitas deste futuro país provém dos imigrantes que fugiram à fome e a uma mortalidade que chegou a atingir 50%. Os recursos naturais sempre foram muito mal aproveitados, com raras excepções nas Ilhas de Santiago e do Fogo. O apoio técnico à agricultura encontrava-se na capital de onde

(Cont. na pág. 7)



PROFESSOR A REVOLUÇÃO PRECISA DE TI

A ditadura política e capitalista reinante até há bem pouco tempo, neste País devorado por uma oligarquia corrupta engendrou um longo sudário de misérias sócio-económicas e culturais que urge minorar. Os escolhos, porém, são grandes.

Os longos anos de obscurantismo fascista cristalizou no espírito da maioria dos portugueses determinados esquemas mentais que os tolhem, nesta hora ímpar da nossa História, e como que os inibem de se tornarem elementos activos na dinâmica revolucionária em que todos somos convidados a participar ao lado do braço armado do Povo — o MFA. O convite é-nos feito a todos, porque a revolução terá que ser feita por todos os que nos sentimos libertos. Pensamos, sobretudo, naqueles em nome dos quais a revolução deu a primeira arrancada — o Povo sofredor e trabalhador dos campos, das fábricas ... das escolas, para quem, uma vez que desperto e motivado, o inoxidável dia 25 foi, é e se tornará na permanente e grande esperança da sua libertação. O 25 de Abril, com todas as conquistas já alcançadas mercê de organização de massas, criou as condições indispensáveis ao processo de transformação da nossa sociedade, rumo ao socialismo em que se valoriza o homem e não o capital. Na mesma linha de conquistas e transformações sociais encaminhar-nos-emos para uma reforma geral do ensino que, com o apoio de massas conscientes, nas quais se impõe que sobressaia a classe do professorado, logrará os seus verdadeiros objectivos — o ensino ao serviço do povo, mais concretamente, ao serviço das classes trabalhadoras.

Se nos debruçarmos sobre o tipo de ensino que tínhamos, das escolas e professores de que dispunhamos concluímos, pois, que era discriminatório, repressivo, e quase exclusivamente ao serviço duma burguesia endinheirada e dos monopólios. Urge assim que se rompa totalmente com tal situação. Alguns passos já foram avançados — democraticidade da vida interna das escolas, estruturação de novos e mais lógicos programas e melhoria da situação económica do professor e das classes economicamente mais desfavorecidas.

O reconhecimento pelo governo da grande importância social atribuída à actividade docente terá de encontrar a contrapartida de resposta por parte do agente de ensino que se esforce por se inserir decididamente na dinâmica revolucionária, fortalecido com um forte espírito de classe e solidário nos princípios da moral de todas as outras classes trabalhadoras.

Como professor do ensino primário faço aqui uma chamada de atenção aos colegas para que, após tantos anos de subestimação da nossa importante tarefa educativa e de explorados economicamente, reflitam, pois que finalmente se começa a atribuir-nos direitos e importância. Nem de outro modo pensamos que se possa proceder tal é o elevado grau da nossa responsabilidade adentro do contexto duma sociedade democrática e que se deseja socialista. Creio, pois, que nos encontramos em condições de poder corresponder às enormes responsabilidades que a nação espera de nós.

Seremos capazes de nos tornarmos nos futuros professores revolucionários? A nossa força organizada numa sólida preparação transformar-se-á na base da formação das futuras gerações de homens que hão-de construir a verdadeira sociedade socialista.

Não tenhamos dúvidas que estamos no limiar de uma nova sociedade. Com a queda da ditadura capitalista criaram-se as condições sociais para que todas as nossas crianças tenham acesso a uma verdadeira educação e cultura com a democratização de todos os sectores da vida nacional. A consciência das responsabilidades que nos incumbem criar-nos-á a necessidade de nos valorizarmos de modo a podermos fazer de cada um dos nossos alunos outro atmo da revolução. Nas relações professor-aluno deve estar sempre o amor, pois é este o objectivo fundamental da educação. De modo que a criança ao sair da escola saiba conjugar o "amor da sua Pátria socialista com o amor pelos outros povos do mundo". O esforço no sentido da "criação de correctos hábitos de estudo nos alunos, vincula-os com mais consciência à sociedade e à própria vida".

A sociedade de consumo forjou consciências, quantas vezes alienadas de consumidores. É muito importante, portanto, a introdução nas nossas escolas de uma pedagogia revolucionária que, ao criar correctos hábitos de trabalho, dê aos alunos uma verdadeira consciência de criadores-produtores — aqui pressupõe-se também uma actividade extra-escolar. É por isso que muito necessitamos de ser professores avisados das normas e valores da nossa revolução. É por isso que as relações professor-aluno não devem ser coercivas nem punitivas. Reafirmo, portanto, que a base da educação é o amor recíproco, que deve transvasar para a sociedade nacional e daqui para a grande família universal. Quanto melhor soubermos conquistar o apreço da sociedade pelo nosso trabalho, tanto maior é a valorização social do professor. Na mutação social que vivemos surgir-nos-ão muitas dificuldades, que saberemos vencer se nos fortalecermos com o espírito de valor e de sacrifício que a revolução espera de nós.

Apelo para aqueles que nas aldeias vivem em maior contacto com as realidades sociais do povo que moureja nos campos, no sentido de estabelecerem uma grande aproximação desses povos que, porventura, serão objecto de uma educação massiva. A imaginação desses professores saberá encontrar a melhor maneira de o conseguir. Não deixem, contudo, de colaborar nas campanhas de dinamização cultural, iniciativa feliz do MFA. Não nos esqueçamos que foi a revolução de 25 de Abril que dignificou a nossa Pátria e tem que ser dentro deste movimento que tem que sobressair a nossa acção na formação ideológica das novas gerações de portugueses. "A conduta do professor, o seu exemplo e a sua atitude revolucionária determinam o reconhecimento da sua autoridade". Sejamos consequentemente abertos aos novos caminhos traçados pelo 25 de Abril. É por isso que repito que a revolução precisa de nós, PROFESSORES.

Opinião de um professor primário.



NOTÍCIAS

MISSÃO E ESTRUTURA DO GABINETE DE DINAMIZAÇÃO DO EXÉRCITO

I — INTRODUÇÃO

Para se obter e assegurar a coesão das FA e, dentro destas, do Exército, condição básica para garantir um suporte de força que apoie o processo revolucionário em curso, é indispensável a sua reestruturação e integração dinâmica nos objectivos do Programa do MFA, o que só será executável se assentar numa clara definição política desse mesmo processo. Com a finalidade de coordenar, ao nível Exército, a sua actividade no campo da Dinamização e no respeito pelos princípios enunciados, é criado, no EME, um órgão que se chamará Gabinete de Dinamização do Exército, para o qual se definem a seguir a Missão e a Estruturação.

II — MISSÃO

Compete ao GDE, conceber, planear e coordenar a Dinamização Interna do Exército, com vista a:

- Obter a participação a todos os níveis no processo de REESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO.
- Desenvolver a FORMAÇÃO CULTURAL E POLITICA.
- Contribuir para a preparação do Exército para participar na RECONSTRUÇÃO NACIONAL.

III — ESTRUTURA

Directamente dependente do CR (ramo Exército), integram o GDE as seguintes bases:

Base de Dinamização Revolucionária, Base de Apoio à Dinamização Externa, Base de Dinamização Interna, Base de Dinamização da Instrução, Base de Dinamização dos Serviços, Base de Apoio à Reestruturação do Exército, Base de Dinamização das Relações Externas, Base de Dinamização da Informação, Base de Apoio Administrativo e Comissão Nacional de Sargentos.

1. Participação no processo de reestruturação do Exército

Em face da sociedade socialista que se pretende alcançar e mais concretamente, perante a situação actual dentro do processo em curso, impõe-se como é óbvio a reestruturação do Exército. A sua reconversão, desde as superestruturas, portanto, dos fundamentos ideológicos que o caracterizam (políticos, jurídicos, culturais e morais) até às infraestruturas (orgânica, instrução, etc.) terá de ser obra conseguida através de equipas

criadas para o efeito, mas cujo andamento de trabalhos, na medida do possível, deve sofrer ampla divulgação para discussão ao nível de quadros e recolha de informações. Far-se-á, assim, a mobilização dos militares para assuntos que directamente lhes respeitam, solicitando-os à participação. Não se pretende estabelecer uma metodologia nesta reforma estrutural, dada a morosidade do processo, mas entende-se ser indispensável que, principalmente os quadros, estejam informados do andamento dos trabalhos e possam, de algum modo, participar nos mesmos.

O GDE, trabalhando no EME, pode recolher elementos importantes, que constituirão dados informativos e temas de debate nas unidades. A posterior recolha de sugestões, sem carácter imperativo, poderá, não só servir de teste à receptividade das reformas, mas também ser trabalhada se for oportuna e positiva. Este procedimento permitirá, além do mais, que os militares não vivam em constante expectativa e indefinição de perspectivas e eliminará as consequências de notícias sem fundamento. Simultaneamente as unidades vão-se adaptando e orientando de acordo com os princípios assentes. Por outro lado os quadros não se sentirão marginalizados porquanto serão solicitados a participar na medida em que o desejarem.

Dentro do âmbito da reestruturação do Exército merece especial atenção o problema da crise de autoridade e de disciplina.

Relativamente à Instrução do Exército, esta terá de ser orientada para a formação da Organização que pretendemos. Terá de ser perfeitamente coerente com a redução do tempo de serviço nas fileiras, por forma a conferir eficiência e um integral aproveitamento do tempo. Terá de se destinar à formação integral do cidadão, no sentido do País que se pretende. O militar tem que estar perfeitamente consciente da sua missão como elemento das FA e dos seus deveres e direitos como cidadão integrado numa nova sociedade. Em síntese, urge repensar a organização criando a hierarquia da competência, seleccionando o acesso às fileiras e moralizando a permanência nas mesmas.

2. Formação cultural e política

Politizar apartidariamente as FA é uma tarefa difícil que tem de ser feita. Ministar-lhes formação cultural é indispensável dado o papel que lhes é reservado.

A politização e a formação cultural estão intimamente ligadas. Esta formação tem de começar logo nas Escolas (AM, ECS, EP, CI, etc.) as

quais terão de se adaptar aos novos parâmetros estabelecidos).

A equipa ora criada pode dinamizar estes aspectos para o que necessitará de estar permanentemente informada sobre o andamento do processo político e deverá, em coordenação com a Dinamização Central, (CODICE) acompanhar a evolução da cultura portuguesa agora com outros horizontes criadores. Um contacto profundo com os meios intelectuais constituirá uma preciosa fonte de ensinamentos. Também os partidos políticos progressistas têm um papel importante neste campo, podendo e devendo ajudar as FA a encontrar o seu rumo correcto. Passada a fase eleitoralista, se entretanto não sobrevier uma luta sindicalista (ou anarco-sindicalista), é de esperar que se atinja uma estabilidade política (até pela eliminação dos partidos contra-revolucionários) que permita um ambiente mais criador (formativo e educativo).

3. Participação do Exército na Reconstrução Nacional

Este aspecto constitui o objectivo mais frutuoso e aliciante do Exército nos anos mais próximos. Nele se aplicará toda a experiência colhida no Ultramar com as vantagens de trabalhar em paz, com mais determinação e com a ajuda das populações. A operação de desmontar o sistema macrocéfalo do nosso país passa necessariamente pelas FA cabendo ao Exército o papel fundamental, pelo seu potencial humano e material e pela sua cobertura do País. A Engenharia Militar, que já desempenhou um papel de primeiro plano em Portugal, tem de assumir plenamente as suas responsabilidades, organizando-se por forma a garantir a contribuição do Exército na Reconstrução Nacional em moldes científicos. É até uma oportunidade de realização profissional para os técnicos que sempre a aspiraram.

Não é possível mobilizar o Povo, seja para o que for, sem lhe garantir um mínimo de condições de vida. A aliança do Povo com as FA só se concretizará quando estas entrarem no seu quotidiano e, com a sua ajuda, desempenharem tarefas concretas que materializem as suas aspirações fundamentais e imediatas. Neste trabalho lado a lado se fará a verdadeira integração. Através da conversa informal se processará o esclarecimento mútuo e a mútua promoção cultural. São os fundamentos da Revolução Cultural Portuguesa.

O GDE pode desempenhar esta missão, também em estreita coordenação com a CODICE.

O MFA NO COMITÉ DOS 24

(Cont. da pág. 5)

conscientes do facto de que não queremos que um território determinado apenas desapareça da lista dos territórios não-autónomos — o que seria só uma vitória aparente da liberdade; de nada vale dar uma independência que esconda uma situação neocolonialista ainda mais difícil de combater, ou uma independência que leve o novo Estado a condições de miséria ou sofrimento humano para cuja eliminação a sociedade internacional ainda não conseguiu encontrar as soluções adequadas. Vivemos numa época em que cada vez menos nos podemos satisfazer com soluções formais. É por isso que a independência que desejamos para os territórios que ainda estão sob nossa administração se deve traduzir na criação de Estados verdadeiramente soberanos, livres, independentes e capazes de cumprir as suas obrigações e reivindicar os seus direitos no seio da comunidade mundial.

Outra característica essencial do nosso processo de descolonização que desejo sublinhar, é o respeito pelas opções políticas e pelo modelo de sociedade que os povos interessados achem mais adequados para cada formação

nacional concreta. Repudiamos vivamente qualquer tipo de paternalismo e de imposição de modelos políticos, sociais e económicos, da nossa parte, às ex-colónias. Conhecemos a maturidade política dos movimentos de libertação e sabemos que lhes pertence a resposta mais correcta e adequada às aspirações dos seus povos e às necessidades das diferentes situações.

Depois de fazer uma breve história do processo de descolonização, concluiu:

“Enunciei perante vós os nossos objectivos na política de descolonização; sabemos que a maioria das nações do mundo está connosco na conquista destes objectivos. Encaramos, pois, a cooperação com as Nações Unidas, nas suas nobres missões ao serviço da Paz e da Humanidade como tendo uma importância transcendente e representando um compromisso fundamental. Desejo vivamente que a vossa reunião em Lisboa seja um passo em frente e decisivo nessa cooperação e nesse trabalho em comum, rumo a um mundo justo e livre de todas as opressões e de todas as formas de exploração dos homens.”

O VALOR DE ALGUMAS PALAVRAS

(Cont. da pág. 1)

para a criação de um sistema económico socialista que suprima o desemprego.

O desemprego não é uma fatalidade irremediável, senão nas sociedades burguesas onde alguns ideólogos inventam teorias para o justificar, como a que pretende ser o desemprego necessário para garantir o mercado da mão-de-obra. Argumenta-se ainda, que nas sociedades capitalistas modernas, um potencial de desempregados, apresenta vantagens pela situação de livre iniciativa e concorrência individual que promove, permitindo descobrir os mais capazes, assegurando a igualdade dos acessos. Deste modo, o Povo Português se transformou num depósito de mão-de-obra barata, que desde o Alentejo ao Minho, foi massa ideal para

o bolso dos exploradores internacionais.

Com estes métodos se cavou o abismo que separa os ricos dos pobres e também o que cada um recebe e o que cada um dispõe.

Porquê então um sistema económico socialista? Porque as contradições do sistema capitalista não servem o Povo Português, não resolvem as aspirações do seu nível de vida material e cultural, não permitem o aumento planificado de salários, não dão facilidades sociais para a habitação, para o ensino, para a saúde pública, visto não ser o produto do seu trabalho administrado e propriedade sua, utilizado para um bem colectivo.

Com o socialismo pretende-se garantir, abolindo a exploração, a liberdade do trabalho, e a libertação das carências resultantes dos antagonismos de classes.

ACERCA DA DESCOLONIZAÇÃO EM CABO VERDE

(Cont. da pág. 6)

raramente saía. As nascentes eram frequentemente mal captadas e subaproveitadas, chegando a água a perder-se no mar.

As pescas encontravam-se principalmente nas mãos de duas empresas, o barro da Boavista não era aproveitado pela ausência de uma indústria cerâmica, a pozzolona (que adicionada ao cimento permite uma construção mais robusta e aplicada até agora sobretudo em obras de hidráulica) de S. Antão nunca foi explorada convenientemente, por constituir uma concessão do sr. Champalimaud que não lhe reconhece interesse por motivos evidentes, as fábricas de conservas encontravam-se quase abandonadas, a exploração de sal na ilha do mesmo nome era deficiente, ...

O Governo de Transição que lançou mãos à obra desde o início, tem encontrado fortes dificuldades conforme

referimos, incluindo o peso da máquina administrativa que está em remodelação, a ausência de estatísticas (os Serviços de Economia, por exemplo, só faziam o inventário dos géneros que distribuam ao comércio uma vez por ano), a falta de estrutura sanitária, de técnicos de apoio, ...

Já procedeu este Governo a modificações importantes, já efectuou auscultações às populações, logo em Janeiro, a fim de ter uma ideia das necessidades mais prementes e das pessoas que encabeçam neste momento as comissões administrativas, em funções nas várias ilhas e serviços. Encontra-se absorvida pela estruturação da economia, pela reforma judicial, pelo período pré-eleitoral para as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte do Estado, que contribuirá para a definição do futuro dos caboverdianos, dos seus direitos que nunca usufruíram e dos seus deveres. A corrida para a sobrevivência e existência como Estado livre e independente já começou.

DEIXEM OS DISCURSOS E VÃO À PRÁTICA

SAMORA AOS INTELECTUAIS E REVOLUCIONÁRIOS DE PORTUGAL

Importante entrevista concedida por Samora Machel a Joaquim Letria, foi transmitida pela RTP no programa Teledomingo. Importante, e não só por ser a primeira que o "leader" da Frelimo concedeu a um jornalista português. Samora Machel foi, de facto, uma surpresa para quantos acompanharam menos bem o desenvolvimento da luta em Moçambique e correspondeu amplamente aquilo que dele pensavam outros mais bem informados.

Joaquim Letria começou por perguntar-lhe como se sentia neste regresso a Moçambique.

"Regresso?" — disse Samora — "Como é que me sinto depois deste fim da guerra. Tira o regresso. Regresso? Eu nunca saí! Ganhei a guerra porque sempre estive aqui dentro. Agora estou a visitar as bases que permitiram o desenvolvimento da luta em Moçambique que permitiram a criação da consciência nacional, que permitiram a consolidação e desenvolvimento da unidade nacional, da linha política, da nossa estratégia e da visão global do mundo. E por isso que eu visito as bases, não regresso. Eu estive sempre aqui".

PORTUGAL — MOÇAMBIQUE RELAÇÕES EXEMPLARES

J.L. — O camarada presidente falou de um novo tipo de relações com Portugal, no futuro. Disse isso ontem ao visitar, e ao falar ali, no infantiário. Que tipo de relações..."

S.M. — Durante 500 anos, as relações entre Portugal e Moçambique eram relações de colonizador e colonizado. Portanto, e como Portugal é um País europeu e Moçambique é um país africano, infelizmente pode-se confundir com facilidade o colonialismo com a côr. É isto que nós queremos sublinhar bem aqui: pode-se confundir facilmente o colonialismo com a côr e nós, infelizmente, fomos colonizados por um país europeu, de côr branca. É como se não pudesse existir outro tipo de colonialismo, quando o colonialismo podia ser um colonialismo negro. Portanto, nós queremos, primeiro, eliminar completamente a confusão sobre o colonialismo e o povo. Nós temos relações, desde início, com o Povo português, mas essas relações estavam bloqueadas pelo colonialismo. Portanto, o nosso povo não tinha contacto directo com o Povo Português, e nós queremos que as relações de amizade, de cooperação, no domínio político, cultural, social, se estabeleçam ao nível do povo, não ao nível do indivíduo, não ao nível, somente, de Governo. Por isso dizemos: nós queremos estabelecer novo tipo de relações com Portugal, e relações essas exemplares para o mundo".

J.L. — Nos seus discursos, aqui, referiu-se a ambições possíveis e futuras a lutas ou contradições..."

S.M. — Essa é a luta de classes. É a existência de classes e a luta de

classes. E essa luta é uma luta permanente. Nós não a podemos ignorar de forma nenhuma e confundir a vitória militar com a vitória política e dizermos: porque acabou a guerra, nós eliminamos a luta de classes. A luta de classes mantém-se".

A POLÍTICA COMANDA AS ARMAS

J.L. — "Portanto, quando fala nisto às populações, é porque a luta continua?"

S.M. — A luta continua! Agora: como consolidarmos o poder popular? É por isso que dizemos: a luta permanecerá. Luta de mentalidade nova, de criar o homem novo que construirá a sociedade nova. E isso exige um combate, um combate ao nível de estruturas, ao nível de relações, de pontos de vista político, com o povo e entre nós e, sobretudo, governo e partido. Há tendência geral, tendência humana, vamos dizer, de projectar muitas das vezes o governo e esquecer o partido. O partido é que deve dirigir o Governo. Como fizemos durante a guerra. A política dirigiu as armas, não foram as armas que dirigiram a política. E, portanto, todas as contradições no nosso seio, foi possível resolvê-las recorrendo à prática, recorrendo ao povo, que é uma fonte inesgotável: tem soluções para qualquer tipo de contradições. É a nossa força principal, essa: o povo. Por isso, dissemos no nosso discurso ontem: quaisquer contradições que encontremos lá, de novo viremos ao povo. E o povo saberá conduzir-nos.

NÃO HA FUZILAMENTOS

J.L. — Também aqui, o presidente Samora Machel tem apresentado o caso de Lázaro Kawandame e de outros traidores do povo moçambicano, como exemplo às populações. Disse que não foram mortos, que não morreram. Por outro lado, também algures e aqui há algum tempo, recordo-me de ter lido que o presidente Samora Machel afirmou que Moçambique será um país sem prisões. O

que vai acontecer com os presos políticos?

S.M. — Não termos prisões? Primeiro, durante a guerra, nos momentos difíceis, evitávamos resolver questões políticas por métodos administrativos. Questões políticas, soluções políticas. E não há questões administrativas que não tenham implicações políticas. Por isso pensamos que nós não devemos recorrer aos métodos administrativos para resolvermos questões políticas. E, em segundo lugar, evitamos corrigir ideias erradas utilizando o cano de arma. Evitamos. Teríamos permitido criação de assassinos no nosso exército, que não respeitariam as vidas humanas. Nós evitámos isso. Não queremos. Fuzilamentos não existem na nossa guerra. Não fuzilámos. Todos os prisioneiros, agentes infiltrados, recrutados no nosso seio, estão vivos até hoje. Nós pensamos que só há prisões onde há banditismo, roubos, isto e aquilo.

E porque é que há isso? O sistema é que prepara. E nós temos um sistema para destruir, precisamente, a existência de banditismo, de ladrões e de outro tipo de malandros. Portanto: o trabalho político e o trabalho ideológico. Acharmos que é o instrumento fundamental para transformar o homem. Todo o homem se transforma. Não é preciso prisão paredes.

J.L. — Portanto, esses homens estão a ser reeducados ...

S.M. — Estão sendo reeducados. Há reeducação. Há reeducação, no seio do povo, discutindo, trabalhando com o povo. Para o povo provar que está correcto, sempre, e eles estão errados. Por isso virão ao povo, vão receber lições ao povo.

A FACE DA AFRICA AUSTRAL JÁ ESTÁ MUDADA

J.L. — Recentemente, o presidente Samora Machel, em Nashingwea, disse que a face da África Austral se irá transformar em breve ...

S.M. — ... e já está, já está. Há novo tipo de relações, mesmo incluindo a África do Sul.

J.L. — O que é que vai acontecer com

um vizinho tão poderoso e ...

S.M. — Qual? Qual?

J.L. — ... e não amigo, como a África do Sul?

Não é poderoso! A África do Sul vai mudar a sua política. A África do Sul vai mudar a sua política. A África do Sul não precisa de guerra! A África do Sul vai mudar o sistema. Rodésia, nem falar, não precisa de falar. Rodésia não.

J.L. — Fala por si.

S.M. — É um caso imediato, estou convencido. O tipo de relações, a face da África Austral, está mudada já. Não é preciso guerra. E Moçambique será modelo para isso. Os homens de todas as raças, de todas as cores, é possível conviverem. Só isso. Só isso e trabalho. E já é possível para a África do Sul. Nós, vivendo junto, trabalhando juntos, discutindo juntos, trabalhando juntos. Modifica relações, e já é combate, isso. Não é preciso arma. Trabalho político. E o nosso país, pensamos, vai ser modelo para isso. Não acha?

J.L. — Acho. E as novas relações de Moçambique independente com a Tanzania ...

S.M. — Com a Tanzania já estão desenvolvidas.

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

J.L. — Para acabar, podia só dirigir umas palavras ao Povo Português?

S.M. — O que é que direi ao Povo Português? Ainda não determinou bem a linha. Não sabemos para que

direcção vai o Povo Português. E não sei se tem poder. Eu diria ao Povo Português para fazer o combate para se libertar. Apoiar a linha justa que penso que vai ser estabelecida em Portugal. Mas essa linha, orientada profundamente para melhorar as condições do Povo Português. Antes de tudo, melhorar as condições de vida do Povo Português, que esteve oprimido durante 40 anos. Não se permitiu nenhum desenvolvimento em Portugal. E pensamos que com a mudança, mudança no mundo (os ventos sopram fortemente e vocês estão ali, apesar da Espanha ser fascista ainda), temos a certeza de que vai mudar: o povo vai tomar o poder lá. E poderia dizer aos pequenos intelectuais de Portugal para irem à prática, deixar os discursos e irem à prática ...

J.L. — ... e o café, como o presidente disse há pouco ...

... e frequentarem menos os cafés e os "ice-creams". Trabalhar com o povo, consciencializar o Povo Português, esclarecer o Povo Português. Que não está livre. Isso é que é. Esclarecer o povo. Mas, para isso é necessário quadros conscientes, que tenham consciência nacional. Que Portugal está atrasado e a guerra trouxe um maior atraso para Portugal, para o Povo Português. E fazer com que se arranje emprego para o Povo Português, melhorar as condições de vida do Povo Português. Nós insistimos: condições de vida. Pelo menos ter hospital, ter roupa, ter lugar para dormir e ter comida. O Povo Português necessita disso. São coisas imediatas. Depois, o resto.

NÓS E A REVOLUÇÃO

(Cont. da pág. 1)

organização quotidiana do trabalho — uma discussão aberta sobre todas as questões da vida colectiva poderia levar a algum tempo perdido em troca de opiniões. Mas seria fecunda em melhorias valiosas, pois cada um terá decerto algo a dizer de muito útil. E daria origem, para citar um estudioso e um conhecedor na prática de muitos processos revolucionários, a **consciência absolutamente insubstituível para o trabalhador: de que ele participa realmente na gestão da sua empresa, da sua cooperativa, da sua aldeia, de que ele contribuiu pessoalmente para decidir da natureza e da qualidade do seu trabalho e das tarefas colectivas.**

A revolução não é apenas um jogo de palavreado revolucionário, é a capacidade de actuar de forma revolucionária — e isso nem sempre exige palavras sonoras. O revolucionário verdadeiro cuida sobretudo da ligação da prática à teoria, da sua capacidade de se ligar às massas e aos seus problemas reais, sob pena de criar uma realidade mítica e de, debaixo de sonoro palavreado pseudo-revolucionário não entender nada da revolução e das aspirações e necessidades do povo. Quando assim sucede, quando assim suceder a revolução corre perigo, não apenas pela acção dos seus inimigos externos, mas porque **internamente**, em nome da revolução, se criou uma dinâmica grandes clássicos ensinam isto; grandes clássicos ensinam isto; eis pois uma lição que tem de ser correctamente apreendida por Ser revolucionário é também um Ser reaccionário é também um acto de inteligência e de humildade. E é sobretudo a capacidade de entender que as grandes lições de prática revolucionária nos vêm do povo. Recorrer à prática, recorrer ao povo é encontrar uma fonte inesgotável de sabedoria. Porque o povo é a força principal de qualquer processo revolucionário.

